

CORTANDO A MANTIQUEIRA: ENTRE CAFÉ E ABASTECIMENTO NO SUL DE MINAS (1880-1920)¹

Alexandre Macchione Saes²
Fábio Francisco de Almeida Castilho³

A economia cafeeira brasileira dos oitocentos pode ser historicamente dividida em dois períodos: um primeiro cujos contornos se estabelecem entre as décadas de 1860 e 1880 e, um segundo, que se beneficiará das transformações econômicas e sociais do Brasil de fins do século XIX, cuja expansão é mais destacada a partir de 1880⁴. Personificada na dicotomia entre uma cafeicultura escravista do Vale do Paraíba e aquela cultura localizada no Oeste Paulista, considerada mais moderna, produtiva e beneficiada do processo de imigração, esta diferença temporal de aproximadamente vinte anos foi suficiente para construir trajetórias econômicas bastantes distintas.

A Província de Minas Gerais, por seu turno, também desenvolveria duas regiões produtoras de café que reproduziriam a mesma dicotomia das áreas de produção do Rio de Janeiro e de São Paulo⁵: uma região produtora, extensão da produção fluminense, que alcançaria a Zona da Mata nos primórdios da introdução da cultura no país, se valendo amplamente do trabalho escravo e do circuito mercantil carioca. E, de outro lado, a região do Sul de Minas, em que a produção de café somente começaria a apresentar alguma relevância durante a década de 1880, alcançando cerca de trinta por cento da produção do Estado durante as primeiras décadas do século XX.

O presente artigo pretende avaliar a expansão da produção de café no Sul de Minas, região cuja disseminação da atividade de exportação se firmou em território marcado pelo comércio de abastecimento. Neste sentido, a chegada do café gerou um processo de rearticulação dos municípios sulmineiros, não somente com seus mercados externos, como também com atividades produtivas internas. A

¹ Esta pesquisa contou com apoio da FAPESP.

² Cientista Social, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (nível 2). Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo. E-Mail: <alexandre.saes@usp.br>.

³ Doutor em História Política pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente realiza estágio pós-doutoral junto ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, com uma bolsa de estudos da FAPESP. E-Mail: <fabiofacastilho@hotmail.com>.

⁴ Para uma discussão sobre os ciclos e fases do mercado cafeeiro ver: DELFIM NETTO, Antonio. *O problema do café*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

⁵ Comparando as duas regiões produtoras de café em São Paulo, o paralelo é semelhante: no Vale do Paraíba processou-se uma acumulação de capitais originária de atividades agrícolas anteriores, como o açúcar a produção de alimentos, sem a intervenção direta do capital mercantil, criando as bases para a transformação de pequenas e médias propriedades agrícolas em grandes empresas cafeeiras. Já no Oeste a existência de uma atividade exportadora açucareira anterior ao café foi que permitiu a acumulação de riquezas, possibilitando a formação dos latifúndios cafeeiros, cf.: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

acumulação resultante desta cultura do café ampliava o espaço para diversificação de novos negócios, garantindo um ambiente para a construção de um “complexo econômico”. O artigo pretende identificar e recortar o Sul de Minas conforme suas atividades produtivas agrícolas, se valendo, para tanto, dos Censos Agrícolas e de dados do transporte de mercadorias das ferrovias da região nas duas primeiras décadas do século XX.

Complexo cafeeiro como instrumento de análise

Ao longo da segunda metade do século XIX a produção de café assumiu papel de destaque nas receitas das exportações brasileiras, garantindo a rearticulação do país com o mercado internacional, ao mesmo tempo em que possibilitava um ambiente favorável para a emergência de novas atividades. A verdade é que este processo não ocorreu de maneira igual em todas as regiões produtoras, gerando os mesmos benefícios para todas as localidades, mas sim, a estrutura em que cada núcleo produtor de café se estabeleceu, possibilitou que este promovesse padrões de desenvolvimento regional muito desiguais.

Sem se preocupar com essa diferenciação regional das áreas cafeeiras, Celso Furtado apontou que “o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX”⁶, o que para o autor era uma mudança que refletia o desenvolvimento da economia cafeeira, foi o aumento do setor assalariado e da produtividade da economia. O assalariamento, elemento decisivo na monetarização da sociedade, na multiplicação da renda e dos negócios e da formação de um mercado interno, foi reforçado pela literatura como o ponto nevrálgico na sedimentação de uma economia capitalista no país⁷.

O trabalho assalariado, entretanto, seria apenas parte de um processo mais amplo de transformações da economia brasileira daquele contexto. O período de fins do século XIX seria o momento em que o país superaria a escravidão e, ao mesmo tempo, incorporava os benefícios técnicos da Segunda Revolução Industrial, ampliava sua relação com o mercado internacional – não somente exportando café e borracha, mas recebendo também produtos e capital – e, portanto, caminhava a passos largos para a urbanização de determinadas regiões⁸. Entretanto, a capacidade de assimilação destas inovações dos países centrais e da aproximação com os padrões de consumo tidos como modernos dependiam da capacidade de

⁶ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995, p. 151.

⁷ Mesmo com leituras bastante particulares para o desenvolvimento da cafeicultura, variados trabalhos passam pela questão do assalariamento do trabalhador em contraposição ao trabalho escravo, como elemento decisivo no desenvolvimento econômico do Brasil em fins do século XIX. Para essa leitura do papel do trabalho assalariado, cf.: DELFIM NETTO, *O problema do café*, p. 29. CARDOSO, Fernando Henrique. “Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo”. *Revista Brasiliense*, n. 28, mar./abr. 1960. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971, cap. 1. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, cap. 4. MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982, cap. I.3.

⁸ Cf.: SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. Bauru: EDUSC, 2010, cap. 5. SCHWARCZ, Lília Moritz (dir.). *História do Brasil nação: 1808-2010 – Vol. 3: a abertura para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, “Introdução”.

transbordamento de rendas do núcleo da economia.

A problemática do estudo de um complexo regional, neste sentido, surge como determinante para a compreensão do desencadear de um processo dinâmico de acumulação e diversificação da economia. Considerando também o papel do trabalho assalariado, Wilson Cano em *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* amplia seu olhar apontando que, “ao contrário das demais regiões [produtoras de café], São Paulo contou com os elementos fundamentais para sua expansão diversificada e concentradora: avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado interno e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil mesmo se excluído o café”⁹. Em sua leitura, este conjunto de atividades formava um “complexo econômico”, atuando como um corpo de negócios econômicos integrados que promoviam o crescimento da economia mediante um inter-relacionamento de múltiplos componentes internos: “Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças, cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista”¹⁰.

Estes componentes internos permitiriam ora a redução dos custos de produção, ora a ampliação da produtividade, do excedente, da diversificação do investimento ou inclusive do mercado consumidor. Em suma, o cultivo do café como atividade central se irradiava para outras atividades produtivas (agricultura de alimentos e matérias-primas e indústria), de serviços (bancário, comerciário), de infraestrutura (ferroviário, elétrico, portuário), constituindo este integrado complexo de atividades econômicas. No que diz respeito, especialmente, ao mundo agrícola, Cano afirmaria que a ideia de uma “monocultura cafeeira latifundiária” era equivocada, porque o complexo cafeeiro representava na realidade uma agricultura bastante diversificada: necessária para abastecer tal economia em crescimento, garantindo salários baixos e a possibilidade de formação de um mundo urbano-industrial¹¹.

Em outro trabalho, Wilson Cano retoma a leitura de complexo para analisar os “padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras” do sudeste – que perfaziam mais de 95% da produção nacional de café¹². Apesar de potencialmente todas as regiões terem condições de acumular por conta da produção de café, o autor defende que nem todas conseguiram construir efetivamente “complexos” regionais. No Rio de Janeiro, por conta das relações sociais de produção – o café fluminense por ser pioneiro, expandiu-se fundamentalmente por meio da mão de obra escrava – que somadas às peculiaridades da comercialização e financiamento, não garantiram a constituição de um complexo nos moldes daquele de São Paulo. Em Minas Gerais, por sua vez, a produção cafeeira teria sido subordinada ao capital mercantil exterior, do Rio de Janeiro ou São Paulo, e a solução ao impasse do fim da escravidão teria sido a exploração do regime de parceria, o qual reduzia o

⁹ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 18.

¹⁰ CANO, *Raízes da concentração...*, p. 257.

¹¹ CANO, Wilson. “Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929”. In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 252.

¹² CANO, Wilson. “Padrões diferenciais das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 15, n. 2, 1985.

assalariamento de sua mão de obra. Finalmente, o Espírito Santo também manteve uma produção subordinado ao porto e ao capital mercantil do Rio de Janeiro, sem constituição de relações de trabalho efetivamente capitalistas no campo.

No que diz respeito ao argumento geral de Wilson Cano sobre o complexo cafeeiro estamos de acordo. Contudo, considerando as especificidades do Sul de Minas, acreditamos que boa parte dos argumentos voltados para a produção cafeeira mineira se refere especialmente àquela realizada na Zona da Mata¹³. Afinal, por de trás das limitações impostas à reprodução da atividade cafeeira para a análise em Minas Gerais está o argumento do esgotamento da fronteira agrícola. Tal leitura seria sedimentada em trabalhos formulados no Instituto de Economia da Unicamp, derivados das preocupações sobre a economia regional de Wilson Cano¹⁴.

Em certo sentido, tais pesquisas buscavam identificar a dinâmica cafeeira paulista (ou a inexistência de elementos desta dinâmica) – e sua diversificação para setores urbano-industriais – em Minas Gerais. E, neste sentido, o foco de análise efetivou-se sobre a Zona da Mata, não por outras razões, região pioneira no desenvolvimento da economia cafeeira mineira (hegemônica no período em destaque e representando 27% da produção nacional em 1880), assim como sede de Juiz de Fora, centro desta economia, conhecida como a Manchester mineira por seu desenvolvimento industrial. Nas palavras de João Heraldo Lima: “Partindo da constatação de que em São Paulo a expansão cafeeira e a origem da indústria foram partes de um mesmo processo e, tendo-se em conta o fato de que em Minas o café foi a base de sua vida econômica durante largo período, tentaremos lançar algumas luzes sobre a cafeicultura, a indústria e a relação entre ambas em Minas Gerais”¹⁵.

A constatação, contudo, era de que a construção do complexo não teria sido tão bem sucedida quanto ao exemplo paulista. Para João Heraldo Lima, o “complexo cafeeiro de Minas” não apresentava uma fronteira produtiva como àquela do Oeste Paulista, o que resultava num profundo rebaixamento da produtividade física dos

¹³ É preciso registrar que trabalhos mais recentes, como a tese de Anderson Pires, questionariam a proposição do “limitado” complexo cafeeiro da Zona da Mata. Conforme Pires, não somente há o registro de dinamismo local para o período posterior à abolição, em que as produções de café teriam avançado para a região norte do Vale do Rio Doce e afluentes, como também se valendo dos casos de empresas formadas em Juiz de Fora, o autor demonstra que a transição capitalista teria ocorrido com relativa força. Pires, entretanto, retoma alguns dos argumentos centrais de Wilson Cano, mas apresentando-os com nova roupagem. A especificidade do desenvolvimento econômico da Zona da Mata poderia ser denominada como “complexo agroexportador periférico”, numa articulação subordinada ao núcleo comercial-financeiro da cidade do Rio de Janeiro. Cf.: PIRES, Anderson. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, introdução.

¹⁴ Para as pesquisas, cf.: LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977. DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1981. COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1978. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

¹⁵ LIMA, *Café e indústria...*, p. II.

pés de café, piorando a condição econômica dos fazendeiros: “na medida em que se dirigisse para o centro ou para o norte logo se depararia com a aridez das áreas mineradoras”¹⁶. Tal cenário desestimulava a substituição da mão de obra escrava pela assalariada e impossibilitava a acumulação de capital na região. Para piorar, como retomaria Wilson Cano, parte do excedente econômico produzido na Zona da Mata mineira ainda seria desviado para a cidade do Rio de Janeiro: “Por tudo isso, foi precário o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Baixa rentabilidade e perda de parcela de seu excedente não permitiram que os segmentos urbanos [...] do complexo tivessem expansão satisfatória”¹⁷.

Seguindo a argumentação acima, tanto Clélio Campolina Diniz como Ana Lúcia Duarte Lanna fundamentam suas interpretações, respectivamente, para mostrar a dificuldade da expansão industrial em Minas Gerais na Primeira República, como para debater a peculiaridade da transição da mão de obra escrava para livre na Zona da Mata. Diniz sustenta que Minas sofreria com um atraso relativo por conta de uma dificuldade de acumulação: não somente a fronteira agrário-exportadora esbarrava em obstáculos, tanto o terreno irregular, como a aridez das regiões mineradoras, mas especialmente, “Minas não retinha os frutos do processo de comercialização do café e de outros produtos de exportação”, por não ter um centro comercial que articulasse as atividades econômicas¹⁸. Por outro lado, em estudo específico sobre a questão da mão de obra, Ana Lanna considera: “A cafeicultura da Zona da Mata não tinha a capacidade de acumulação encontrada no Oeste Paulista”¹⁹. Nesse sentido, a baixa produtividade dos cafezais, as estruturas de comercialização subordinadas ao Rio de Janeiro e os elevados custos monetários para a ampliação da produção cafeeira, impediram que instauração das relações de trabalho livre fosse constituída por meio da opção do pleno assalariamento; a parceria ou o assalariamento temporário passaram a ser dominantes.

Em grande medida, portanto, os problemas enfrentados pela cafeicultura da Zona da Mata são os de mesma natureza daqueles enfrentados pelo Rio de Janeiro. O pioneirismo da produção cafeeira na região, com a introdução da cultura já em meados do século XIX, impôs maiores dificuldades aos fazendeiros quando da necessidade de se enfrentar o fim da escravidão. De um lado, suas estruturas de renda já estavam comprometidas com planteis de escravos e, de outro lado, no momento da abolição, seus cafezais, mais antigos, já não alcançavam elevados níveis de produtividade. Tal estrutura ao longo do tempo teria promovido uma fragmentação das unidades produtivas, dificultando, portanto, ainda mais a capacidade de acumulação destes fazendeiros. Assim, não somente se estreitavam as rendas dos cafeicultores, que com a baixa produtividade competiam desigualmente com produções de fronteira, como também tinham menor capacidade financeira para introduzir o trabalho assalariado ou introduzir inovações na produção por falta de recursos monetários. E, claro, ainda existia um agravante: a Zona da Mata dependia do escoamento de sua produção do porto do Rio de Janeiro, perdendo

¹⁶ LIMA, *Café e indústria...*, p. 18.

¹⁷ LIMA, *Café e indústria...*, p. 130.

¹⁸ DINIZ, *Estado e capital estrangeiro...*, p. 104.

¹⁹ LANNA, *A transformação do trabalho*, p. 108.

parte decisiva na acumulação de um produto exportador.

Mas esse cenário não será o mesmo enfrentado pela cafeicultura sulmineira. Considerando que as plantações de café se expandiram somente na década de 1880, já na década da abolição, o limite da fronteira agrícola não seria um problema no Sul de Minas. Não no início do século XX, quando as plantações sulmineiras estavam em plena atividade tanto em municípios fronteiriços com São Paulo, na região da Mogiana, como mais ao centro, em cidades como Machado, Três Pontas e Varginha. Pelo contrário. A chegada das estradas de ferro no Sul de Minas, a Minas & Rio, a Sapucaí, a Muzambinho (integrados em 1910 como Rede Sul Mineira), e mais tarde a própria Mogiana, ao atravessar a Mantiqueira nos limites paulistas, garantiram a abertura e viabilidade dessa fronteira. Ao mesmo tempo, estabelecido ao longo da década de 1880, o café no Sul de Minas não teria que enfrentar os problemas decorrentes da substituição da mão de obra escrava. Não que a região estivesse distante dos dilemas da escravidão. Afinal, era a segunda região em número de escravos em Minas Gerais. Cidades como Campanha e Lavras eram centros com tradicionais e poderosas elites escravistas. Mas, considerando que a participação do Sul de Minas na produção de café do estado avançou somente ao longo do século XX, o peso da herança escrava na formação das fazendas de café foi possivelmente menor do que aquele verificado na Zona da Mata. Abaixo verificamos a produção total do estado e a participação da Mata; o restante da porcentagem é quase exclusivamente participação da produção de café do Sul de Minas.

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA DA ZONA DA MATA
NA PRODUÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
(PERÍODOS SELECIONADOS)²⁰

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/1848	745.381	743.707	99,77
1850/1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

Contudo, não é possível afirmar que o Sul de Minas teria resolvido por completo a questão da mão de obra, seguindo o exemplo da transição do trabalho como ocorrido em São Paulo. A imigração, abundante e transformadora no interior paulista, não se efetivou com o mesmo peso nas cidades sulmineiras. Trabalhos

²⁰ Fonte: PIRES, *Café, finanças e bancos...*, p. 08.

como de Norma de Góes Monteiro, Maria Lúcia Prado Costa e Fábio Castilho²¹ mostraram a existência de fluxos migratórios para o Sul de Minas. A região possuía uma hospedaria dos imigrantes em Três Corações e núcleos coloniais nas principais cidades da região. Mas, conforme o Censo de 1920, eram em torno de 26 mil imigrantes no Sul de Minas; um número bastante acanhado comparado com aqueles do interior paulista²².

Como lembra a literatura²³, os imigrantes, quando possível, decidiam onde se estabelecer por meio de, basicamente, duas condições – dois grandes estímulos – que diferenciavam determinadas localidades: de um lado, os salários oferecidos pelos fazendeiros, não somente pelo trabalho corriqueiro da produção de café, mas também pela possibilidade de ganhos com a produtividade da fazenda. E, de outro lado, as possibilidades de acesso a terra, isto é, possibilidades de garantir sua subsistência ou, inclusive, auferir ganhos por meio da venda de excedentes. Assim, o sistema de trabalho era um primeiro indicativo: enquanto a meação reduzia as possibilidades de ganhos monetários, na parceria, o colono teria uma renda monetária por conta do trato do café com uma renda extra pela produção de culturas de abastecimento. Em Minas Gerais, a grande maioria dos trabalhadores imigrantes foi fixada em Núcleos Coloniais financiados pelo governo do estado e o número de imigrantes trabalhando em fazendas privadas foi irrelevante²⁴.

É neste sentido que a estrutura do campo paulista na literatura passou a ser descrita como um ambiente mais complexo. O latifúndio agrário-exportador vai dividindo cada vez mais o espaço com as culturas de abastecimento²⁵. Seja como

²¹ Para a imigração em Minas Gerais, cf: MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. No Sul de Minas, cf.: COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado, 1850-1900*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *A transição da mão-de-obra no Sul de Minas*. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

²² O perfil da imigração, contudo, segue aquele de São Paulo. Mais de 50% dos imigrantes eram italianos, seguidos por portugueses e espanhóis. E dentre os imigrantes, a maior parcela destes escolhiam cidades próximas à fronteira de São Paulo e com municípios com relevante produção de café. MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

²³ CANO, *Raízes da concentração...* FONT, Maurício. “Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo & CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e colonos no interior paulista, 1917-1937*. Bauru: EDUSC, 2010. TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita*. São Paulo: Alameda, 2012.

²⁴ CASTILHO, *A transição da mão-de-obra...*

²⁵ BAPTISTA FILHO, Olavo. “A propriedade agrícola em São Paulo”. In: BRUNO, Ernani Silva (org.). *São Paulo: terra e povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967, p. 100. Como lembram Pedro Tosi e Rogério Faleiros: “Difícilmente se encontraria na região de Araraquara e São Carlos, como em quase todo interior paulista, fazendas unicamente especializadas na produção de café. Nas fazendas de maior dimensão uma parte das terras sempre era destinada à produção de ‘cereais’. Lá também, ao lado dos terreiros, das tulhas e das casas de máquinas, avistavam-se monjolos para pilar o milho, moinhos para produção de fubá, pilão para ‘socar’ arroz, pastos para criações e carroças para transportar toda esta produção para as vendas, cidades e estações”. TOSI, Pedro G. & FALEIROS, Rogério N. “Domínios do Café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917)”. In: CIMÓ, Paulo Roberto Queiroz & GOULARTI FILHO, Alcides (orgs.). *Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Editora da UFGD, 2011, p. 311.

estratégia para atração de colonos, seja como defesa dos próprios produtores das variações dos preços do café. O debate tem se colocado em torno dessas rendas do comércio de abastecimento terem ficado ou não com os próprios colonos²⁶, possibilitando que eles se tornassem mais tarde pequenos proprietários de terra nas fronteiras agrícolas, ou de parcela significativa das produções de arroz, milho, feijão, mamonas e batatas terem sido concentradas pelos fazendeiros, pois estes, ao definirem os termos de contrato, estabeleciam cláusulas de preferência de venda (muitas vezes abaixo dos preços de mercado) e taxavam sobremaneira estas atividades, notadamente no transporte e beneficiamento, de modo que a pulverizada produção dos colonos do café, ao final do ano agrícola, encontrava-se em grandes quantidades nas mãos dos fazendeiros²⁷.

O dilema no Sul de Minas, por outro lado, era outro: ao longo do século XIX a região se consolidou como um dos mais importantes centros de produção de gêneros de abastecimento do país, atendendo especialmente à Corte no Rio de Janeiro²⁸. Assim, diferentemente do que São Paulo, em que este espaço da produção de abastecimento é ensejado pela própria cultura cafeeira, no Sul de Minas o café ascende como um potencial concorrente do espaço tradicional das culturas de arroz, milho, feijão, entre outros produtos. Buscaremos compreender a seguir, portanto, como foi resolvida a questão da divisão das atividades rurais na região com a introdução da nova cultura de exportação, que rapidamente se espalhava pelo território mineiro.

Expansão do café no Sul de Minas

Não há consenso sobre por onde se deu a chegada do café no Sul de Minas: se foi uma extensão das plantações que avançavam pela fronteira de Minas Gerais com São Paulo, seguindo o traçado aberto pela Cia. Mogiana de Estrada de Ferro²⁹ ou se era resultado da crise dos cafeicultores da Zona da Mata que avançavam em busca de novas terras³⁰. Independente dos vetores que promoveram a introdução da cultura, a verdade é que seria somente na década de 1880 que a produção na região passaria a apresentar alguma expressão nas exportações totais da Província.

²⁶ FONT, “Padrões de ação coletiva...”

²⁷ FALEIROS, *Fronteiras do café...*

²⁸ Trabalhos que mostram a centralidade do Sul de Minas no abastecimento do Sul de Minas, não somente como percurso de abastecimento, mas como produtor, cf.: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Símbolo, 1979. FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da Província: as rotas de comércio Interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2006. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e formação do Estado Imperial brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

²⁹ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e revolução urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1968, p. 212-213. O autor se vale do texto de Hildebrando de Magalhães como referência, cf.: MAGALHÃES, Hildebrando. “Subsídios para a história do café em Minas Gerais”. In: _____. *O café*. Rio de Janeiro: DNC, 1934.

³⁰ MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo. “As exportações de Minas Gerais no século XIX: novas evidências”. *Seminário sobre a economia mineira*, 1. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1982.

Evidentemente que, como é descrito na literatura, a introdução do café deve ter ocorrido logo no início da segunda metade do século XIX (ou para alguns ainda na primeira metade do oitocentos). O *Almanack Sul-Mineiro*, por exemplo, publicado pelo ilustre campanhense Bernardo Saturnino da Veiga, em 1874, já destacava produções de café em cidades como Pouso Alegre, Alfenas e Jaguary. Alguns autores contemporâneos, por outro lado, relatam plantações desde a década de 1860: Ricardo Moreira Rebello reforça que o município de Machado na década de 1870 exportava café para São Paulo e Rio de Janeiro; para Maria Lúcia Prado Costa, os pés de café em Pouso Alegre e Alfenas introduzidos em 1860 já tinham investimentos consideráveis na década seguinte; Marcos Lobato Martins e André Silva de Souza reforçam o período de introdução do café como sendo os sessenta e, ainda, apontam que esta cultura era dominante em chácaras e pequenas plantações, dividindo espaço com outras atividades³¹.

Nos anos de 1880, entretanto, a dimensão da produção sofreu um salto quantitativo bastante expressivo. Não é possível afirmar categoricamente se a estrutura de produção dentro da fazenda foi alterada, isto é, se a predominância das pequenas plantações em chácaras e fazendas, dividindo espaço com outras culturas como milho, cana e feijão, ou mesmo o pasto para as tropas e o gado, deixaram de ser dominantes. Contudo, certamente o café, nas duas últimas décadas do século XIX, tomou a paisagem do Sul de Minas, não sendo apenas mais uma cultura entre outras, um produto acessório para apoiar a renda agrícola familiar, mas uma atividade que ampliava substancialmente sua participação entre os produtos comercializados pelo Sul de Minas.

Conforme dados recolhidos por Cristiano Restitutti nos registros e recebedorias de Minas Gerais durante o século XIX, o café passaria a representar cerca de 90% do valor dos produtos exportados pela Fronteira Sudoeste na década de 1880 (Mapa 1)³². Com um incrível salto na quantidade do que era comercializado, em uma década o café registrado anualmente nas recebedorias próximas à região Mogiana acenderia de 120 toneladas anuais para mais de 2.200. Na Fronteira do Sul-Extremo – aquela que em grande medida fazia a ligação do comércio da região com o Rio de Janeiro, por meio do Vale do Paraíba –, apesar de dobrar a quantidade de café transacionado, de uma média de 700 toneladas anuais para quase 1.500, os produtos hegemônicos no comércio local ainda eram o gado vacum e o fumo (Tabela 2).

³¹ REBELLO, R. M. *O município do Machado até a virada do milênio* – Vol. 1. Machado: s. r., 2006, p. 259. COSTA, *Fontes para a história social...* MARTINS, Marcos Lobato & SOUZA, André Silva. “Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880”. SAES, Alexandre & MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru: EDUSC, 2012, p. 165.

³² Fronteira Sudoeste corresponde aos Registros e Recebedorias de Monte Santo, Jacuí, Dolores de Guaxupé, Cabo Verde, Caldas, Ouro Fino, Campanha de Toledo e a Fronteira Extremo-Sul aos de Jaguari, Sapucaí-Mirim, Soledade de Itajubá, Mantiqueira, Picu, Monte Belo, Ouro Fino, E. FM inas e Rio, Bocaina do Rio Preto, Passa Vinte, Ponte do Carrijo, Ponte do Zacharias, Santa Rita, Presídio do Rio Preto, Porto do Machado. Cf.: RESTITUTTI, *As fronteiras da Província...*, p. 144.

MAPA 1³³



TABELA 2
PARTICIPAÇÃO POR PRODUTOS EXPORTADOS
PELO SUL DE MINAS
(QUANTIDADE MÉDIA ANUAL)³⁴

GÊNERO	FRONTEIRA SUDOESTE			FRONTEIRA SUL-EXTREMO		
	1866-70	1871-78	1881-84	1866-70	1871-78	1881-84
Café (kg)	78.540	122.413	2.203.589	751.729	725.908	1.475.775
Toucinho (kg)	136.684	151.477	46.155	1.906.380	2.253.172	1.446.605
Fumo (kg)	87.755	189.257	35.022	3.770.214	3.858.166	2.361.794
Gado Suíno (cab.)	1.543	2.387	1.430	28.527	29.311	22.694
Gado Vacum (cab.)	400	952	223	58.846	66.354	88.165

É possível observar que a exportação de café dá um salto significativo em 1881 nas duas regiões, enquanto as outras produções tradicionais perdiam espaço. Contudo, enquanto o Sudoeste caminhava para uma especialização na

³³ Fontes: Para as cidades formadas até 1890, ver MINAS GERAIS. *Álbum Chorográfico do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Serviço de Estatística Geral; Secretaria de Agricultura/ Imprensa Oficial, 1927. Para as ferrovias: CEFFB. “Rede Sul Mineira, Plantas da Linha de Tráfego (1910)”, suplemento da *Revista Ferroviária*, 1961. Disponível em: <http://www.tsfr.org/~efbrazil/cmef_map.html>.

³⁴ Fonte: RESTITUTTI, *As fronteiras da Província...*, p. 202 e p. 214.

cultura cafeeira, abandonando as demais produções, o Sul Extremo manteve a produção de mercadorias voltadas para o abastecimento interno. Essas diferenças no perfil das exportações entre as barreiras da Fronteira Sudoeste e da Fronteira Sul-Extremo são compreensíveis historicamente. Enquanto a região Sudoeste margeava a Mantiqueira paulista cuja dinâmica econômica foi fortalecida na segunda metade do século XIX por conta do café, o Extremo-Sul sustentava neste período consolidados escoadouros de mercadorias para São Paulo, mas especialmente para a cidade do Rio de Janeiro. Conhecida é a ascensão desta elite sul-mineira por conta do abastecimento da corte desde o início do século XIX³⁵, não somente com a produção local, como também por meio da articulação de outras regiões, em especial, as criadoras de gado como aquelas do Triângulo Mineiro e das Províncias do Mato Grosso e Goiás: este era o papel de importantes comerciantes de São João Del Rei entre 1840-60 e, mais tarde, com a chegada da ferrovia Minas & Rio, da cidade de Três Corações³⁶. Assim, o gado engordado nos pastos da região Sudoeste, por exemplo, eram direcionados para cidades mais ao Sul, local em que eram comercializados e vendidos para o Rio de Janeiro. Talvez, por isso mesmo, a atividade cafeeira não teria assumido um papel de destaque tão acentuado quanto a do Sudoeste de Minas ainda no século XIX, cuja participação da rubiácea representava já mais de noventa por cento do valor exportado. Na Fronteira Sul-Extremo, enquanto o gado na década de 1880 alcança os 50% do comércio realizado em suas barreiras, o café ficava ao redor dos 10% (Tabela 3). Outro produto importante deste trânsito era o fumo que, representando na década de 1880 cerca de 20% do valor transacionado, dominava a produção de cidades como Baependi, Itajubá e Sapucaí-Mirim³⁷.

TABELA 3
PRODUTOS EXPORTADOS PELO SUL DE MINAS
(LIBRAS ESTERLINAS, MÉDIA ANUAL)³⁸

GÊNERO	FRONTEIRA SUDOESTE			FRONTEIRA SUL-EXTREMO		
	1866-70	1871-78	1881-84	1866-70	1871-78	1881-84
Café	2.560	6.592	74.353	24.655	40.548	49.626
Toucinho	4.697	7.303	1.663	64.735	107.202	51.985
Fumo	2.900	12.595	1.145	125.157	211.334	91.618
Gado Suíno	1.719	3.746	1.874	30.928	46.346	29.768
Gado Vacum	925	3.180	578	138.344	222.498	227.848
Total	15.138	35.488	80.525	418.930	676.707	466.984

³⁵ Para o papel da elite mercantil do Sul de Minas, cf.: LENHARO, *As tropas da moderação*. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003. ANDRADE, *Elites regionais e formação...*

³⁶ Para a Feira de Gado de Três Corações, cf.: SAES, Alexandre Macchione & ROSA, Elton. "Mercado Pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)". In: SAES & MARTINS, *Sul de Minas em transição...*

³⁷ RESTITUTTI, *As fronteiras da Província...*, p. 217 e seguintes.

³⁸ Fonte: RESTITUTTI, *As fronteiras da Província...*, p. 202 e p. 214.

De alguma maneira, porém, o comércio realizado no Sul de Minas vai tomando nova forma em fins do século XIX. A chegada das ferrovias na região dava nova dinâmica ao comércio antes dependente das tropas. O gado e os porcos não precisavam mais, a partir de então, percorrer longas distâncias para alcançar os centros consumidores, preservando seu peso e evitando doenças que eram comuns pelo distante caminho. O café, o milho, o açúcar, o fumo, entre outras mercadorias, não precisavam seguir no lombo das mulas, evitando perdas e reduzindo o tempo, o risco e o custo da viagem.

Do lado da Fronteira do Sul-Extremo a inovação era resultado da conclusão, em 1884, da ligação ferroviária por meio da D. Pedro II, localizada no Vale do Paraíba, com a cidade de Três Corações. A Estrada de Ferro Minas & Rio poderia então cumprir com o tradicional comércio sul-mineiro atendendo o mercado do Rio de Janeiro. Em quatro anos de funcionamento, a média de gado vacum transportado pelas barreiras foi quase totalmente absorvida pela ferrovia: das 80 mil cabeças levadas anualmente para o Rio de Janeiro por terra, cerca de três quartos seguia agora por meio da ferrovia (Tabela 4).

TABELA 4
VOLUME DE CAFÉ E GADO TRANSPORTADO
NA ESTRADA DE FERRO MINAS & RIO (1884-1908)³⁹

ANO	CAFÉ (TON)	ANIMAIS	GADO	ANO	CAFÉ (TON)	ANIMAIS	GADO
1884	-	2.180	-	1895	4.228,07	61.781	57.832
1885	398,86	5.888	-	1896	5.480,99	54.643	50.456
1886	624,15	21.469	-	1897	11.713,93	82.732	78.483
1887	1.181,11	61.252	-	1898	-	71.997	61.672
1888	947,14	89.020	-	1899	-	52.501	45.994
1889	-	81.917	-	1900	9.922,28	81.645	-
1890	-	89.719	-	1901	18.099,25	79.808	73.220
1891	-	91.773	-	1902	-	-	-
1892	-	88.678	-	1903	15.853,01	85.252	-
1893	3.663,71	71.298	62.786	1904	-	79.911	-
1894	3.437,57	79.124	76.617	1905	10.102,04	108.688	-

O café, por sua vez, também aparentemente parece ter sido absorvido pelo novo sistema de transporte ferroviário. Pelo Sul-Extremo, durante a primeira metade da década de 1880, passavam pelas recebedorias em média 1,5 mil toneladas de café por ano. Entre 1884/1888 a ferrovia já absorvia dois terços dessa quantidade para, cinco anos depois, cumprir com um transporte maior do que 3 mil toneladas anuais. De certa forma essa ampliação do tráfego de café reforça o argumento que

³⁹ Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (1884-1905) e Relatórios do Ministério de Indústria, Viação de Obras Públicas (1906-1908).

a expansão da fronteira agrícola dependia do alcance do sistema de transporte⁴⁰. Certamente a chegada da Estrada de Ferro Minas & Rio em Três Corações garantiu que os cafezais de cidades como Varginha, Alfenas e Machado se tornassem mais rentáveis. É justamente seguindo estas cidades que a Estrada de Ferro Muzambinho construiria seu percurso a partir da década seguinte, como extensão da Minas & Rio.

Na outra ligação, com a fronteira paulista, a ferrovia que tocava o território sul-mineiro era a Cia. Mogiana de Estrada de Ferro. Fundada em 1872, suas operações tiveram início em 1875 saindo de Campinas em direção à encosta da Mantiqueira, na fronteira com Minas Gerais. A primeira cidade do Sul de Minas a ser conectada com o sistema paulista de transporte foi Caldas em 1886. Contudo, rapidamente várias cidades desta chamada Fronteira Sudoeste estariam ligadas com a ferrovia. Em 1904 a estratégia da Mogiana de absorver a produção do Sul de Minas torna-se mais agressiva, com a construção do Ramal Guaxupé e, mais tarde, absorvendo parte da própria Rede Sul Mineira (1912)⁴¹.

TABELA 5
TRANSPORTE DE CAFÉ NAS ESTAÇÕES DO
SUL DE MINAS DA CIA. MOGIANA (TON.)⁴²

ANO	RAMAL RIO GRANDE E CALDAS (ESTAÇÃO DE CALDAS)	ANO	RAMAL RIO GRANDE E CALDAS (ESTAÇÃO DE CALDAS)	RAMAL GUAXUPÉ
1892	1.067,57	1903	2.555,60	-
1893	730,70	1904	1.825,79	4.692,17
1894	382,86	1905	827,25	2.834,75
1895	1.257,97	1906	1.926,77	5.167,63
1896	1.236,60	1907	1.921,14	8.283,79
1897	1.994,10	1908	1.790,62	3.692,16
1898	1.720,61	1909	2.057,11	8.270,31
1899	1.797,66	1910	1.931,16	5.376,19
1900	1.630,32	1911	1.261,68	7.005,53
1901	2.463,53	1912	1.754,99	5.699,51
1902	2.639,21	1913	1.900,99	4.717,47

⁴⁰ Cf. HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*. São Paulo: Paz e terra, 1984; MELLO, 1982.

⁴¹ As ferrovias do Sul de Minas, Minas & Rio, Muzambinho e Sapucaí formaram por conta da intervenção do governo mineira, entre 1908 e 1910, a Rede Sul-Mineira. Um trecho da Cia. foi transferida para a Mogiana, cuja conexão era feita por meio do Ramal Guaxupé já inaugurado em 1904. Para o assunto, cf.: LIMA, Vasco de Castro. *A Estrada de Ferro Sul de Minas, 1884-1934: trabalho histórico-descritivo*. São Paulo: COPAG, 1934. SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

⁴² Fonte: Relatórios da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro (1888-1913).

O que se evidencia é que a Mogiana foi atraída pelo potencial agrícola daquela região, de maneira que comunicava aos acionistas em seu relatório: “que essa penetração em Minas, e a futura ligação com outras estradas do mesmo Estado as tornarão convergentes a [...] vastas e férteis regiões que até o presente tem tido outro escoamento para os seus produtos”⁴³. Assim, se a estação de Caldas, ponto final no Sul de Minas do Ramal da Mogiana Rio Grande e Caldas, era uma exportadora de café, os ramais de Guaxupé, a partir de 1904, e da Rede Sul Mineira, adquirido em 1912, serão ainda mais importantes neste sentido. O ramal da Rede Sul Mineira, por exemplo, em 1912, seu primeiro ano de funcionamento, teria exportado um pouco mais de 3 mil toneladas anuais de café, e já em 1913, essa cifra alcançaria 11 mil toneladas, média que seria mantida nos anos seguintes.

A Mogiana estava alcançando, com a expansão de suas linhas para Minas, uma região que seria importante produtora de café. Duas cidades que seriam atendidas pelos ramais saídos de Guaxupé, São Sebastião do Paraíso e Monte Santo de Minas, concentravam sozinhas mais de 25% de toda área cultivada e dos pés de café do Sul de Minas. Nos mapas 2, 3 e 4 fica evidente a concentração da produção de café na região: as duas áreas cujos municípios se “especializaram” na produção de café, isto é, possuíam mais de 70% de suas terras voltadas para esta cultura, foram justamente as áreas atendidas pela Cia. Mogiana e pela Estrada de Ferro Muzambinho.

TABELA 6
OS 5 MAIORES MUNICÍPIOS CAFEIROS DO SUL DE MINAS, 1920⁴⁴

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA TOTAL CULTIVADA (HEC)	ÁREA OCUPADA COM CAFÉ	PÉS DE CAFÉ (MIL)
Monte S. de Minas	30.570	27.241	21.670	16.252
São S. do Paraíso	37.537	23.046	19.653	14.739
Jacutinga	20.615	14.603	11.084	8.313
Machado	29.357	14.569	10.127	7.595
Guaranésia	25.135	12.724	10.024	7.310
Total	1.057.734	399.178	158.066	118.689

Apesar de um volume de exportações total ainda menor do que a região da Zona da Mata – que continuava respondendo na década de 1920 por quase 70% do café mineiro –, o perfil dos maiores municípios “cafeicultores” nas duas regiões era semelhante. Em comum, estes municípios reservavam cerca de 75% de suas áreas cultivadas para a produção de café, criando quase uma especialização do campo para o produto exportador. Por outro lado, na comparação entre os cinco maiores municípios produtores de café da Zona da Mata e do Sul de Minas, o que salta aos olhos é que mesmo com metade dos habitantes, os municípios do Sul

⁴³ Relatório no. 51 da Directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação para a Assembleia Geral. Campinas, 11 mai. 1903, p. 12.

⁴⁴ Fonte: MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

de Minas conseguiram manter um volume de produção de café muito próximo daquele da Zona da Mata (Tabela 7).

TABELA 7
OS 5 MAIORES MUNICÍPIOS CAFEEIROS DA ZONA DA MATA, 1920⁴⁵

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA TOTAL CULTIVADA (HEC)	ÁREA OCUPADA COM CAFÉ	PÉS DE CAFÉ (MIL)
Carangola	86.675	45.090	32.021	24.016
Cataguazes	62.206	33.370	24.088	18.065
Juiz de Fora	118.166	36.179	23.320	17.489
Muriaé	69.943	28.853	21.225	15.918
Ponte Nova	62.666	36.180	17.999	13.499

Em suma, não podemos descartar que nas duas regiões as grandes fazendas de café dividiam parte de suas plantações com outras culturas voltadas ao mercado interno. Mas, no que diz respeito ao Sul de Minas, a região que incorporaria as maiores plantações de café eram justamente regiões sem representatividade no comércio interno durante o século XIX. As cidades tradicionais de produção de fumo, arroz, milho, feijão, mandioca, etc., ao que parece, manteriam seu papel no comércio interno, também produzindo café, mas como parcela marginal de sua cultura dominante. Sendo assim, até que ponto é possível considerar que a cafeicultura ao se chocar com uma estrutura agrária tradicional teve condições de construir um complexo garantindo a subsistência dos trabalhadores ou criando incentivos para imigrantes se estabelecem em novas terras? Ao que parece o perfil foi de uma especialização local em diferentes culturas, como veremos a seguir.

Abastecimento no Sul de Minas em 1920

A década de 1920, desta maneira, definitivamente consolidava um novo padrão de atividade econômica no Sul de Minas. Após mais de uma geração da introdução e disseminação da agricultura cafeeira na região, algumas cidades passavam a se identificar e demonstrar sua vocação como municípios fundamentalmente cafeeiros. Alguns deles ainda hoje sustentam essa condição de produtores representativos na totalidade do café comercializado dentro e fora do Brasil. Por outro lado, diferentemente de uma dispersão homogênea da nova atividade econômica, outras cidades do Sul de Minas mantiveram seu apego à produção de gêneros de abastecimento, garantindo uma pauta de exportação bastante diversificada e com fortes laços com os centros consumidores, tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo.

Ao que parece o Sul de Minas revelou um padrão de divisão social do trabalho bastante peculiar: diferentemente de municípios com uma diversificação produtiva, atendendo aos desígnios do complexo cafeeiro paulista ou, por outro lado, de uma reversão das atividades centrais para uma quase subsistência acoplada a outras

⁴⁵ Fonte: PIRES, *Café, finanças e bancos...*, p. 76 (modificado).

atividades mercantis, o Sul de Minas parece apresentar uma especialização de culturas entre cidades. Enquanto municípios tornavam-se quase monoculturas exportadoras de café, como eram os casos de Monte Santo de Minas e São Sebastião do Paraíso com, respectivamente, 80 e 85% de suas áreas cultivadas com a rubiácea (Mapa 3), outros municípios do Sul de Minas praticamente não sentiram alterações em suas estruturas produtivas com a introdução do café.

Isto é, produções tradicionais como de fumo, milho, feijão, entre outras, mantiveram-se, mesmo depois de quase quarenta anos de expansão da produção cafeeira na região, com participações elevadas no total produzido por certos municípios. Possivelmente este fato revela duas dimensões interessantes da estrutura econômica do Sul de Minas: em parte, é possível afirmar que essas atividades não exportadoras, mas de produções voltadas para o abastecimento da economia brasileira, podiam ser bastante rentáveis a ponto de não sofrerem o impulso de seus produtores para a alteração da cultura. Reforça-se assim o argumento da condição do Sul de Minas como um importante centro de abastecimento das duas grandes áreas urbanas do Sudeste, formadas nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. E ainda, apesar de uma área periférica dentro da perspectiva de um complexo econômico regional, alguns elementos importantes para a acumulação e diversificação do capital foram estabelecidos no Sul de Minas, mas ainda assim sem gerar a capacidade de disseminação de novas atividades e negócios pela diversificação econômica como ocorreria em São Paulo.

Com base no censo de 1920 confirmamos que o Sul de Minas permanecia como importante produtor de alimentos. Produtos como milho, arroz e feijão eram produzidos em larga escala: a produção de milho em Minas era a maior de todo o país, com uma produção de 21.194.265 sacos (1.271.656 toneladas), representando 25,4% da produção nacional. As três cidades listadas como maiores produtoras mineiras eram Pouso Alegre, Paraisópolis e Jaguari, todas no sul de Minas, produzindo, respectivamente, 849.095, 543.220 e 493.900 sacos. Outro exemplo é a produção de feijão, embora Minas fosse apenas o quarto maior produtor do país, respondendo pela produção de 2.580.936 sacos, 21,35% da produção nacional, os dois municípios com maior produção no estado eram, novamente, Paraisópolis, com 79.743 sacos e Pouso Alegre, com 67.553 sacos.

A produção sul-mineira também se destaca com outros produtos, como o fumo de Jaguari e Itajubá. Minas era a terceira maior produtora, com 11.473 toneladas do produto e o município sul-mineiro de Jaguari era o terceiro maior produtor nacional, com 3.084,5 toneladas e Itajubá ocupava o nono posto nacional, com 1.329,8 toneladas.

Esses e outros dados do censo de 1920 comprovam que mesmo depois da inclusão do café na região diversos municípios permaneceram privilegiando uma produção mais tradicional. Alguns municípios se tornaram grandes produtores de milho, arroz, feijão, fumo e gado. Os municípios que se especializaram nesse tipo de produção representam as imensas manchas amarelas presentes no Mapa 3 localidades onde o café não se desenvolveu com tanta intensidade. Esse dado corrobora nossa hipótese de que conviveram no Sul de Minas a produção cafeeira e outra mais tradicional, variando de município para município.

No Sul de Minas, essa região que manteve seu apego ao abastecimento foi justamente a região mais ao Sul, próxima ao Vale do Paraíba e cruzada pelas antigas estradas que ligavam o comércio com a Corte. Dois municípios do “abastecimento” eram Pouso Alegre e Paraisópolis, que mantinham as maiores áreas de produção do Sul de Minas, juntos com 15% de toda área cultivada da região. Eram dois grandes produtores de milho, arroz e feijão de Minas Gerais (Tabela 8 e Anexo 1).

TABELA 8
PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO TOTAL DO SUL DE MINAS⁴⁶

MUNICÍPIOS	MILHOS	ARROZ	FEIJÃO	MANDIOCA
Pouso Alegre	14%	12%	9%	16%
Paraisópolis	9%	9%	10%	-

Somadas, as cidades de Pouso Alegre e Paraisópolis chegavam a produzir praticamente 20% destes produtos de abastecimento em todo o Sul de Minas. Curioso, por outro lado, é que eram municípios com poucos imigrantes: segundo o Censo de 1920, Paraisópolis tinha seus 155 imigrantes, enquanto Pouso Alegre 605. As cidades de Monte Santo de Minas e São Sebastião do Paraíso, respectivamente terceira e quarta em maiores porções de terras cultivadas no Sul de Minas, somavam 12,5% da área cultivada da região, mas como já afirmamos, voltavam suas produções para a exportação de café, e por isso mesmo, apresentavam número maior de imigrantes, respectivamente: 1.806 e 1.854.

Outro produto que sustentava papel relevante no comércio sul-mineiro desde o século XIX era o fumo. Como afirma Cristiano Restitutti, a produção de fumo do Sul de Minas chegou a ter uma representação bastante significativa nos oitocentos, diferenciando-se daquele fumo produzido na Bahia, por não atender o mercado do comércio de escravos, mas sim o consumo da Corte do Rio de Janeiro. No século XX, as duas cidades que já desempenhavam função de produção do fumo se mantiveram na atividade: Jaguaré com quase 40% da produção total do Sul de Minas e Itajubá com outros 17%. Baependi, que chegou a dar nome a um tipo de fumo por sua importância no ramo, neste período já não teria mais representatividade na produção local.

É interessante perceber como estes municípios cujo comércio era voltado ao abastecimento, ao mercado interno, sofreram pouca influência da expansão da produção de café. Mesmo em 1920, depois de quase duas gerações de introdução do café no Sul de Minas, a região da fronteira Sul-Extremo mantinha-se distante dos ovos de ouro do país, o café, e continuava fiel aos seus produtos: a longa mancha amarelada (Mapa 4) era uma área em que a cafeicultura representava menos de 20% da área cultivada no município.

Com café ou mercadorias voltadas ao mercado interno, é perceptível que os municípios mais dinâmicos do Sul de Minas nas primeiras décadas do século XX foram aqueles que conseguiram se especializar em alguma produção, garantindo

⁴⁶ Fonte: MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

uma presença de destaque no mercado regional. Fosse com o fumo de Itajubá, o milho e arroz de Pouso Alegre, ou o café das cidades ao redor de Guaxupé e de Varginha, a dinâmica destes municípios na primeira metade do século XX dependeu desta presença de uma estrutura produtiva voltado ao mercado regional ou internacional. Em suma, dentro do complexo cafeeiro, e de uma economia agrário-exportadora, o Sul de Minas passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Mas não só: permaneceu como região importante de abastecimento para o mercado interno que crescia com a economia cafeeira. No sentido de complexo cafeeiro de Wilson Cano, no Sul de Minas foi se formando uma estrutura próxima a leitura de um complexo cafeeiro, mas ao que parece a estrutura produtiva sustentaria um perfil particular, com cidades reforçando seu papel herdado do passado colonial, como centro produtores de mercadorias voltadas ao mercado interno.

Considerações Finais

Este artigo é uma primeira aproximação para compreender a estrutura agrária do Sul de Minas. Sem negar as proposições gerais da interpretação de “complexos regionais”, acreditamos que o Sul de Minas nunca foi tomado como uma região específica e, por isso, merece ser analisado frente suas condições particulares: assim como o que ocorreria em São Paulo, a introdução do café no Sul de Minas teria que disputar espaço com outras atividades voltadas ao mercado interno, sem que a assimilação de uma fosse o fim da outra. Sabemos que a região do velho Oeste Paulista fora uma região de intensa produção de cana e de trânsito de mercadorias voltadas ao abastecimento do mercado interno antes da introdução do café. Contudo, enquanto cidades como Campinas, Jundiaí e Rio Claro passavam para atender mais intensamente a produção de café, outras cidades como Itu, Campinas e Capivari passavam a se especializar na produção de cana-de-açúcar.

Ao que parece, esse é o percurso encontrado para o Sul de Minas. Cidades que, tradicionalmente, mantinham contato com o comércio interno, abastecendo a antiga Corte, continuariam apegadas às produções de milho, arroz, fumo, toucinho, gado entre outros. O café, aparentemente, encontra terreno fértil em cidades cujo papel comercial no século XIX não teria sido de grande destaque. E claro, as plantações de café seguiam um curso quase natural da fronteira da Mogiana, se aproveitando da expansão do transporte ferroviário. E junto com ele, as mudanças típicas do complexo cafeeiro, como a chegada de mão-de-obra imigrante, expansão dos negócios como bancos, ferrovias e pequenas indústrias⁴⁷. Desta maneira, evidencia-se que a dinâmica não seria a mesma encontrada na fronteira Sul de Mantiqueira, dominada por produções voltadas ao abastecimento, mas também se beneficiando quando avançando para a especialização produtiva atendendo ao mercado regional.

Assim, a acumulação resultante da cultura do café ampliou o espaço para diversificação de novos negócios, foram incrementados os serviços de transporte com a expansão das estradas de ferro e expandiram-se os créditos com a abertura

⁴⁷ Para o tema, cf.: SAES & MARTINS, *Sul de Minas em transição...*

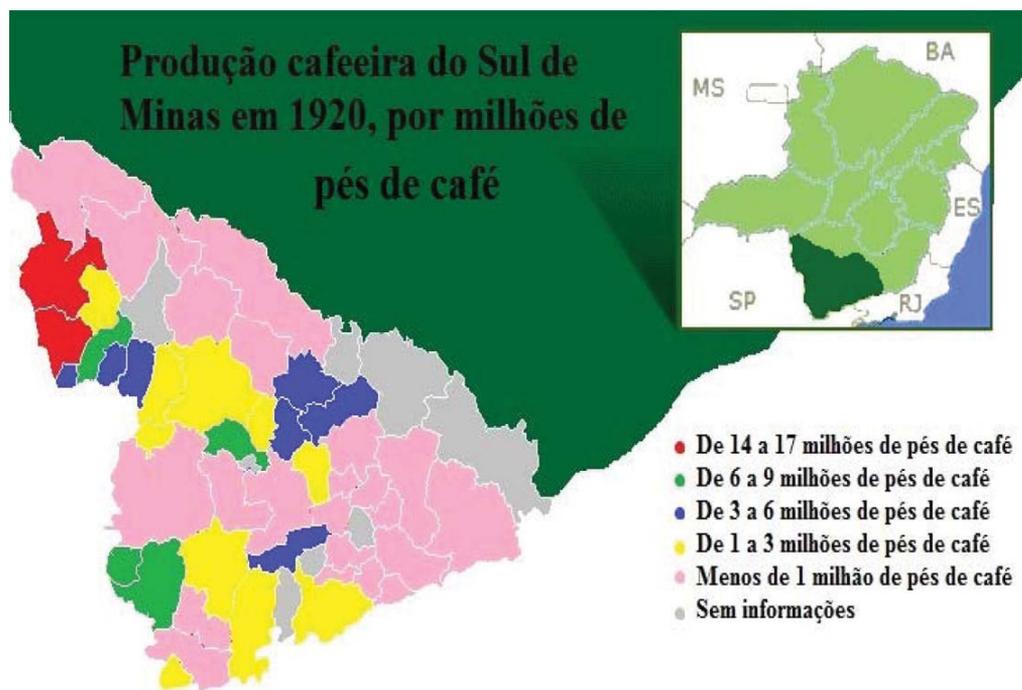
de novos bancos. Estes novos serviços garantiram um ambiente para a construção de um “complexo econômico” que favorecia também a permanência da produção de alimentos tradicionais na região. Acreditamos que ao definir esse perfil da produção agrícola das cidades do Sul de Minas será possível, em pesquisas futuras, compreender o significado das transformações guiadas pelas elites locais. Cidades que permaneceram ao longo do tempo com uma elite mais fechada, em que as cidades sofreram menores mudanças, e outras, com maior dinâmica social e econômica e mudanças urbanas.

MAPA 2⁴⁸
DIVISÃO POLÍTICA DO SUL DE MINAS EM 1920

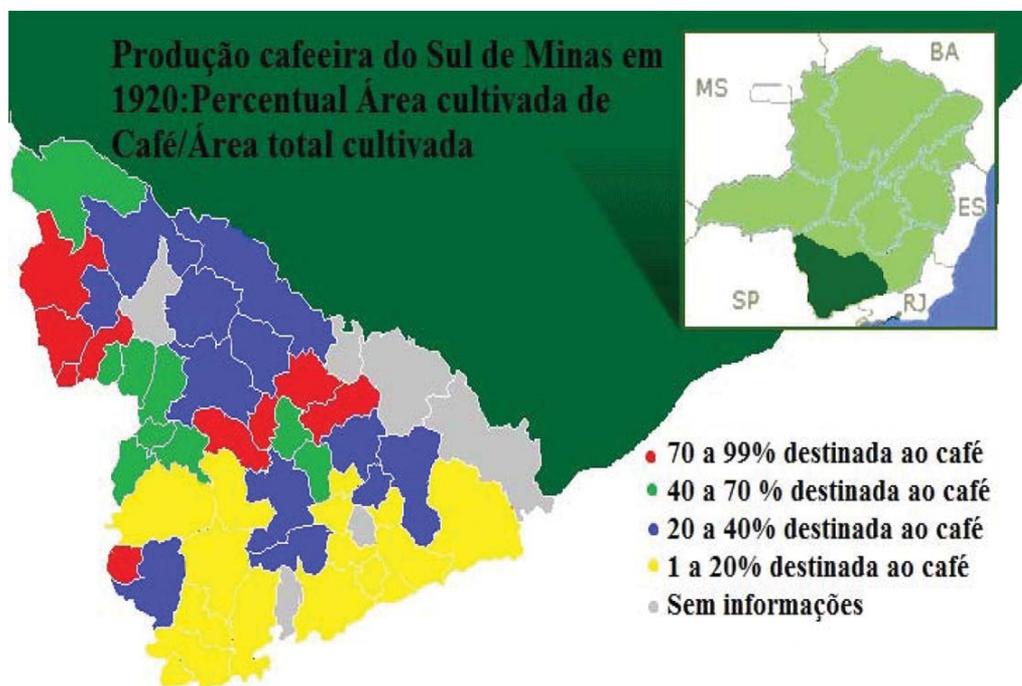


⁴⁸ Mapas 2, 3 e 4 desenvolvidos por Fábio Francisco de Almeida Castilho, a partir de dados disponíveis em: <<http://www.conectcompocos.com.br/adismig/mapageral/>>.

MAPA 3
PRODUÇÃO MUNICIPAL DE CAFÉ NO SUL DE MINAS EM 1920



MAPA 4
PERCENTUAL DA ÁREA CULTIVADA DE CAFÉ NO MUNICÍPIO EM 1920



ANEXO 1
CINCO MAIORES CIDADES PRODUTORAS
NO SUL DE MINAS DE PRODUTOS SELECIONADOS (1920) ⁴⁹

MUNICÍPIO	TOTAL DE ÁREA CULTIVADA (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Paraisópolis	31.113	7,80%
Pouso Alegre	29.347	7,35%
Monte Santo de Minas	27.241	6,82%
São Sebastião do Paraíso	23.046	5,77%
Ouro Fino	22.513	5,63%

MUNICÍPIO	ALGODÃO (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Silvianópolis	68	9,57%
Pouso Alegre	63	8,87%
Monte Santo de Minas	57	8,02%
Santa Rita do Sapucaí	54	7,60%
São Sebastião do Paraíso	47	6,61%

MUNICÍPIO	FUMO (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Jaguary	6.169	39,36%
Itajubá	2.660	16,97%
Virgínia	1.575	10,05%
Cambuí	875	5,58%
Paraisópolis	663	4,23%

MUNICÍPIO	FEIJÃO (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Paraisópolis	4.785	10,76%
Pouso Alegre	4.053	9,11%
Ouro Fino	3.789	8,52%
Jaguary	2.958	6,65%
Caldas	1.790	4,02%

⁴⁹ Fonte: MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

MUNICÍPIO	MAMONA (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Monte Santo de Minas	13	18%
Elói Mendes	13	18%
Pouso Alegre	12	16,57%
Boa Esperança	8	11,04%
Alfenas	3	4,14%

MUNICÍPIO	ÁREA CULTIVADA DE CAFÉ (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Monte Santo de Minas	21.670	13,70%
São Sebastião do Paraíso	19.653	12,43%
Jacutinga	11.084	7,01%
Machado	10.127	6,40%
Guaranésia	10.024	6,34%

MUNICÍPIO	CANA (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Boa Esperança	1.815	12,25%
Silvianópolis	1.551	10,47%
Carmo do Rio Claro	1.047	7,06%
São Gonçalo do Sapucaí	1.013	6,83%
Campos Gerais	880	5,94%

MUNICÍPIO	ARROZ (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Pouso Alegre	2.720	12,35%
Paraisópolis	1.953	8,87%
Itajubá	1.601	7,27%
Monte Santo de Minas	1.488	6,75%
Ouro Fino	1.351	6,13%

MUNICÍPIO	BATATA INGLESA (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Cristina	489	47,15%
Maria da Fé	220	21,21%
Itajubá	56	5,40%
Silvianópolis	43	4,14%
Ouro Fino	22	2,12%

MUNICÍPIO	PÉS DE CAFÉ	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Monte Santo de Minas	16.252.866	13,69%
São Sebastião do Paraíso	14.739.633	12,41%
Jacutinga	8.313.250	7,00%
Machado	7.595.133	6,39%
Guaranésia	7.310.800	6,15%

MUNICÍPIO	MILHO (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Pouso Alegre	24.260	14,00%
Paraisópolis	15.521	8,93%
Jaguary	14.111	8,12%
Ouro Fino	11.179	6,43%
Silvianópolis	6.712	3,86%

MUNICÍPIO	TRIGO (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Muzambinho	16	38,27%
Jaguary	13	31,10%
Itajubá	5	11,96%
Jacutinga	1	2,41%
Guaxupé	1	2,41%

MUNICÍPIO	MANDIOCA (HA)	% DO TOTAL DO SUL DE MINAS
Pouso Alegre	199	16,77%
Silvianópolis	169	14,24%
Jaguary	124	10,45%
Monte Santo de Minas	58	4,89%
Ouro Fino	54	4,55%



RESUMO

O artigo pretende avaliar a expansão da produção de café no Sul de Minas no início do século XX, região cuja disseminação da atividade de exportação se firmou em território marcado anteriormente pelo comércio de abastecimento. Neste sentido, a disseminação das produções de café gerou um processo de rearticulação dos municípios sulmineiros, não somente com seus mercados externos, como também com atividades produtivas internas. Isto é, apesar da rápida ampliação das exportações de café provenientes do Sul de Minas, outras culturas voltadas ao abastecimento como milho, arroz, feijão não somente não foram abandonadas, como foram reafirmadas. A acumulação resultante da cultura do café ampliava o espaço para diversificação de novos negócios, garantindo um ambiente para a construção de um “complexo econômico”. O artigo identifica o Sul de Minas conforme suas atividades produtivas agrícolas, se valendo, para tanto, dos Censos Agrícolas e de dados do transporte de mercadorias das ferrovias da região nas duas primeiras décadas do século XX.

Palavras Chave: Sul de Minas, produção de café, produção para abastecimento.

ABSTRACT

The paper intends to evaluate the expansion of coffee production in Southern Minas in the early twentieth century, the region whose dissemination export activity steadied in territory previously marked by trade supply. In this sense, the spread of coffee production has generated a process of re-articulation of those municipalities, not only with their foreign markets as well as domestic production activities. Despite the rapid expansion of coffee exports from Southern Minas, geared to supplying other cultures such as corn, rice, beans not only not been abandoned, as were reaffirmed. The resulting accumulation of the crop diversification expanded the space for new business, ensuring an environment for the construction of an "economic complex." The article identifies the South of Minas Gerais as their agricultural production activities, taking advantage, therefore, of the Agricultural Census data and the freight railroads of the region in the first two decades of the twentieth century.

Keywords: Southern of Minas Gerais, coffee production, production to supply.

Artigo recebido em 01 mai. 2013.

Aprovado em 13 jul. 2013.